



UNIVERSIDADE DA BEIRA INTERIOR
Faculdade de Engenharia

O Direito à Cidade - Arquitectura e Política

Ana Paula da Silva Marques Navas

Dissertação para obtenção do Grau de Mestre em
Arquitectura
(Ciclo de estudos integrado)

Orientador: Prof. Miguel João Mendes do Amaral Santiago Fernandes

Covilhã, Outubro de 2018

Dedicatória

À arquitectura, à cidade e aos que sabem o verdadeiro papel do arquitecto:
criador de vivências da urbe.

Agradecimentos

Agradeço primeiramente à persistência e ao investimento pessoal, que não existiria sem a ajuda indispensável dos meus pais que me deram todas as ferramentas que precisei para alcançar os meus objetivos.

Aos meus amigos, a família que escolhi, por todos os momentos e carinhos apesar da distância.

Agradeço às experiências que tive, tanto na Polónia como no Brasil, que me levaram a escolher este tema. Aos professores e colegas que me acompanharam ao longo deste percurso, tanto aqueles que me questionaram como aqueles que acreditaram.

Agradeço também aos convidados que me concederam uma entrevista, ajudando assim a completar este trabalho.

Um especial agradecimento ao professor Santiago, o meu orientador, pelo acompanhamento dedicado e os muitos ensinamentos ministrados.

Resumo

No percurso da história a arquitectura foi usada como instrumento ao serviço de várias instituições, sendo as principais a religião e a política. Esta modificou-se ao longo dos tempos para se adaptar a valores pessoais e colectivos, pensamentos e ideologias, afectando toda a evolução da cidade e a forma como esta pode ser habitada.

Desde a ideia das cidades utópicas aos movimentos arquitectónicos baseados em ideais políticos, a cidade e os seus habitantes foram arrastados entre suposições e direitos e deveres. É através dos trabalhos de Henri Lefebvre, Neil Brenner, David Harvey, entre outros, que podemos ver a evolução desta problemática.

A arquitectura como instrumento deveria estar sempre a favor de quem a usa e não de quem a pratica; é esta a conclusão a que vários autores chegaram. É assim que serão analisados os problemas actuais da cidade, tanto na grande escala como na pequena, do ponto de vista do utilizador/habitante. O direito à cidade foi um problema subentendido durante muito tempo e, que nos dias de hoje, ganha importância para ser debatido por todos os intervenientes que fazem parte da cidade.

Palavras-chave

Arquitectura; Política; Cidade; Direito à Cidade; Utilizador;

Abstract

In the course of history, architecture has been used as an instrument in service of multiple institutions, such as religion and politics. Architecture molded itself, trying to adapt to several personal or collective values, ways of thinking and ideologies, this affected the way we think about the city and how we can live in it.

Beginning with the idea of utopian cities and leading up to architectural movements, based on political ideals, the city and its inhabitants were constantly dragged between rights and suppositions. It's through the works of Henri Lefebvre, Neil Brenner, David Harvey and others that we are able to see the evolution of this problem.

Architecture as an instrument should always be in favor of the people who use it instead of the people who practice it; this is the conclusion that several authors got to. Being this the method applied to solve the present problems that occur in the city, from the perspective of the user.

The right to the city has been an underestimated problem for a long time and only in present days has it gain the importance to be discussed by all who integrate the city.

Keywords

City; Politics; Architecture; The right to the City; User;

Índice

1. Introdução	
1.1 Ponto prévio	1
2. A Cidade como produto da guerra	
2.1. Contextualização Histórica	5
2.2. Berlim	6
2.3. Paris	11
2.4. Lisboa	15
2.5. Arquitectura e Política	22
3. O século XXI	
3.1. Contextualização Histórica	23
3.2. Berlim	25
3.3. Paris	28
3.4. Lisboa	30
3.5. O direito à Cidade	33
4. Considerações Finais	35
5. Bibliografia	37
6. Anexos Entrevistas	41
6.1. Geógrafo Vasco Raminhas Silva	42
6.2. Arquitecto Joaquim Branco	44

Lista de Figuras

Figura 1. Ocupação alemã e países aliados.

Fonte: A autoria de Ana Navas, 2018

Figura 2. Chancelaria do *Reich*, Berlim.

Fonte: A autoria de Ana Navas, 2018

Figura 3. *Reichsbank*, Berlim.

Fonte: A autoria de Ana Navas, 2018

Figura 4. Eixo este-oeste e eixo norte-sul, Haussmann, Paris.

Fonte: A autoria de Ana Navas, 2018

Figura 5. *Gare Saint-Lazare*, Paris.

Fonte: A autoria de Ana Navas, 2018

Figura 6. *Gare du Nord*, Paris.

Fonte: A autoria de Ana Navas, 2018

Figura 7. Processo de gentrificação, Haussmann, Paris.

Fonte: A autoria de Ana Navas, 2018

Figura 8. Ocupação alemã em França.

Fonte: A autoria de Ana Navas, 2018

Figura 9. *Slogan* do Estado Novo

Fonte: A autoria de Ana Navas, 2018

Figura 10. Português Suave, Areeiro, Lisboa.

Fonte: Autoria de Ana Navas, 2018

Figura 11. Instituto Superior Técnico, Lisboa.

Fonte: Autoria de Ana Navas, 2018

Figura 12. Casa da Moeda, Lisboa.

Fonte: Autoria de Ana Navas, 2018

Figura 13. Aeroporto de Lisboa.

Fonte: Autoria de Ana Navas, 2018

Figura 14. Revolução de 25 de Abril.

Fonte: Autoria de Ana Navas, 2018

Figura 15. Bairro Bacalhau – Monte Coxo, Lisboa.

Fonte: Autoria de Ana Navas, 2018

Figura 16. Quinta das Fonsecaas – Quinta da Calçada, Lisboa.

Fonte: Autoria de Ana Navas, 2018

Figura 17. Quinta da Bela-Flor, Lisboa.

Fonte: Autoria de Ana Navas, 2018

Figura 18. Queda do Muro de Berlim.

Fonte: Autoria de Ana Navas, 2018

“A casa constrói-se como uma cidade e a cidade deve construir-se como uma casa”

Arquitecto João Artigas

...

1. Introdução

1.1. Ponto prévio

Nesta dissertação será abordada a problemática do direito à cidade e como a política tem uma relação directa com a arquitectura. Sendo que a segunda irá afectar toda a distribuição das cidades e a forma como estas são habitadas. O objectivo deste trabalho de investigação é conseguir observar como evoluiu o paradigma que é o direito à cidade, através da comparação entre as cidades de Berlim, Paris e Lisboa, não só numa perspectiva urbanística como também num aspecto temporal, analisando o clímax da Segunda Guerra Mundial e, seguidamente, o que decorre na actualidade. É de extrema importância entender como as diferenças culturais, históricas e políticas têm um poder tão vasto sob a forma como lidamos com o espaço e como este se deixa influenciar.

Poder-se-ia dizer que a arquitectura e a política têm uma ligação directa desde o princípio da civilização humana, em todas as suas formas e variantes.

É na Antiguidade que começamos a observar com mais ênfase esta relação, em civilizações como as que existiam no Oriente, no crescente fértil, entre o rio Tigre e Eufrates, a civilização Greco-Romana e as civilizações que existiam na América pré-colombina.

A forma como a política influenciou directamente o direito dos habitantes à cidade, através da distribuição dos espaços públicos e de serviço nas suas várias vertentes, foi moldando todo o pensamento arquitectónico, usando a arquitectura como uma ferramenta de “domesticação social”.

Um dos casos que nos é mais próximo geograficamente e em termos de estudo no ensino europeu, é o da civilização Greco-Romana, mais especificamente o das cidades-estado no que é agora o país da Grécia. São o exemplo do quão grande foi esta ligação entre a arquitectura com a política e como estas definiram todo um modo de vida, não só no quotidiano como de geração para geração.

As cidades-estado eram constituídas por uma acrópole, na zona mais alta da cidade; uma ágora, onde se localizava o centro político e comercial da cidade; e uma khora, a zona rural onde se fazia o cultivo para abastecer a cidade. Esta divisão territorial foi em grande parte conseguida devido às características geográficas, as diferenças de cotas no terreno proporcionaram uma divisão natural da cidade, sendo que a arquitectura iria impor a divisão social.

Assim, podemos analisar a cidade de Atenas, onde apenas eram considerados cidadãos, aqueles que nasciam na cidade e descendiam de atenienses, obtendo assim o privilégio de participar na Ágora, o que implicava o direito à palavra em questões políticas. Aqueles que não tivessem naturalidade ateniense eram impedidos de participar naquilo que era o debate sobre a cidade, existiam assim mais dois grupos: os metecos e os escravos. O primeiro grupo era constituído por pessoas que habitavam a cidade mas sem a naturalidade, geralmente sendo comerciantes, apesar de não terem os mesmos direitos que um cidadão, tinham obrigações para com a cidade, como o pagamento de impostos e o direito à sua liberdade. O segundo grupo, geralmente constituído por pessoas capturadas em guerras, era a base da pirâmide social ateniense, sendo considerado também o grupo com maior número. Sem quaisquer direitos à cidade ou à dignidade humana, eram usados para os trabalhos duros que mantinham em funcionamento toda a cidade.

Este exemplo histórico serve para entendermos como sempre existiram escalões sociais, criados pela política e como a arquitectura foi usada para vincar estas divisões.

Apesar da Grécia Antiga ser também reconhecida pela criação da democracia, observamos como esta não era igualitária, nem todos tinham os mesmos direitos e deveres para com a comunidade e o seu espaço. Este factor repetiu-se ao longo de toda a história do Homem, com algumas variações, no entanto o problema base foi sempre o mesmo: o que é realmente o direito à cidade e como obtê-lo.

Segundo o filósofo, Henri Lefebvre, as duas questões essenciais da problemática da cidade e da sociedade urbana, são: *“...as questões da moradia e do “habitat” (...) as questões da organização industrial e da planificação global. As primeiras por baixo, as segundas por cima, produziram – dissimulando-o à atenção – uma explosão da morfologia tradicional das cidades, enquanto prosseguia a urbanização da sociedade. Donde uma nova contradição que se acrescentava às outras contradições não resolvidas da sociedade existente, agravando-as, dando-lhes um outro sentido. (...) Esses dois grupos de problemas foram e são colocados pelo crescimento económico, pela produção industrial. A experiência prática mostra que pode haver crescimento sem desenvolvimento social (crescimento quantitativo, sem desenvolvimento qualitativo). Nessas condições, as transformações na sociedade são mais aparentes do que reais. O fetichismo e a ideologia da transformação (...) ocultam a estagnação das relações sociais essenciais. O desenvolvimento da sociedade só pode ser concebido na vida urbana, pela realização da sociedade urbana.”*¹

¹ LEFEBVRE, Henri - “O Direito à Cidade”, Centauro Editora, 2011. p. 137

2. A cidade como produto da guerra

2.1. Contextualização Histórica

Especificar que a Segunda Guerra Mundial começou com a invasão da Polónia pela Alemanha, em 1939, é redutor. Foram vários os factores que levaram à explosão do conflito que levaria à destruição não só de vidas mas também de marcos históricos e culturais.

Recuando até ao término da primeira grande guerra, que se estendeu durante os anos 1914 a 1918, os tratados de paz executados foram de tal forma humilhantes e brutais que estes pactos intitularam-se de “paz cartaginesa”, levando muitos dos países derrotados a recusar assinar os tratados. Contudo, as imposições feitas em prol da paz foram levadas adiante, sendo o Tratado de Versalhes um dos exemplos mais importantes desta mostra.

A Alemanha foi então obrigada a ceder alguns territórios à França, sendo que as suas colónias em África seriam cedidas à Inglaterra e à França; foi imposto um número máximo de soldados que poderia manter no exército e teria de ver aprovado pelos Aliados qualquer tipo de fabricação de armamento militar.

A repercussão destes acontecimentos foi o surgimento do movimento Nazi, como reacção popular, numa Alemanha derrotada e humilhada.

Além do exemplo específico da Alemanha, houve outros factores que contribuíram para o despoletar da guerra, sendo que um dos mais importantes foi a grave crise económica que os EUA sofreram, afectando vários países da Europa, nomeadamente a Alemanha.

Assim, podemos concluir que a invasão da Polónia constituiu apenas o culminar de todo um conjunto de acontecimentos sociais e económicos que debilitaram o diálogo pacífico entre países.

É neste contexto histórico que começamos por analisar então três cidades que, de uma forma ou de outra, sofreram inevitavelmente influências políticas no seu desenvolvimento e estruturação social.

2.2. Berlim

No rescaldar da Primeira Guerra Mundial surge o movimento nacional-socialista, na Alemanha, comumente conhecido como partido Nazi. É através deste que iremos analisar a influência directa que a política teve sobre a arquitectura e, como em conjunto, estas duas forças afectaram a cidade de Berlim e a sua sociedade.

O movimento nacional-socialista defendia ideais revolucionários racistas e antissemitas, grandemente derivados da crise inflacionista instalada na República de Weimar e reforçados pela “paz cartaginesa” imposta pelos Aliados.

Como em qualquer crise política, existiu a necessidade de justificar os males existentes assinalando em outrém um culpado, na tentativa de levantar a moral do povo alemão e exaltando os ideais nacionalistas. Foi isto que levou o Partido Nacional-Socialista dos Trabalhadores Alemães a vencer as eleições em Fevereiro de 1933.



Figura 1 – Ocupação alemã e países aliados.

Com Hitler a comando do partido, iniciaram-se as propagandas antissemitas, proclamando que a raça ariana seria o futuro de um país mais “puro” e glorioso. Através de seis pontos o Partido Nacional-Socialista dos Trabalhadores Alemães conseguiu convencer e aliciar o povo alemão.

Estes seis pontos consistiram no **slogan** de um socialismo nacional que transmitia a união dos trabalhadores com o estado nacional, através de publicidades em cartazes; **o racismo**, que foi usado para manipular a população a separar-se em grupos, criando um medo irracional e culpabilizando a comunidade judaica de ocupar os melhores cargos tanto no estado como na indústria; **o darwinismo social**², uma ideologia que propunha uma diferenciação entre raças, através de uma comparação de forças, intelecto e características físicas; **“as raízes românticas e o culto da técnica”**³, de forma a aliciar a camada mais empobrecida da população e evitar uma revolução social, foi enaltecida a cultura tradicionalista alemã tentando conjugá-la com a evolução industrial, convidando o povo a trazer os seus valores e princípios tradicionais para o mundo moderno da industrialização; **“a comunicação social e a religião política”**⁴, a comunicação social, sendo a rádio o principal instrumento, veiculou a propaganda Nazi a tal ponto que se tornou num culto ao seu líder, Adolf Hitler. Esta faceta da comunicação teve tamanha importância que chegou a ser criado um ministério da propaganda, onde Joseph Goebbels se encarregou de toda a publicidade feita sobre o terceiro Reich; **a união de ideais antagónicos**, de modo a solucionar as divergências não só geracionais como culturais dentro do próprio país, foi forçada uma ligação entre o ideal tradicionalista, fortemente ligado à camada mais envelhecida e à população afastada das grandes cidades; e mundo moderno, onde a camada mais jovem se podia identificar com a grande industrialização e avanços tecnológicos que iriam transformar o seu país.

² “(...)O darwinismo social, decorrente das teorias evolucionistas de Darwin e de Spencer, considera que o conflito e a selecção natural dos mais aptos são condições da progressão social. Trata-se de aplicar ao mundo social os princípios de luta pela vida e pela sobrevivência dos melhores das sociedades animais, defendidos pela corrente evolucionista.(...)”, [https://www.infopedia.pt/\\$darwinismo-social](https://www.infopedia.pt/$darwinismo-social) , acedido pela última vez a 22/09/2018

³ SALVADORI, L. Massimo “História Universal – A idade dos totalitarismos e a segunda guerra mundial” Vol.15, Ormobook, Serviços Editoriais,2005. p. 239

⁴ SALVADORI, L. Massimo “História Universal – A idade dos totalitarismos e a segunda guerra mundial” Vol.15, Ormobook, Serviços Editoriais,2005. p. 239

Assim, como já pudemos observar ao longo de toda a história do Homem, mais uma vez foi colocada a culpa dos problemas socioeconómicos num grupo social de menor número, neste caso, nos Judeus.

Primeiramente, foi proibido à população judaica e não ariana de trabalhar como funcionários do estado, funções que aos olhos do partido Nazi só seriam dignas de “arianos”, mais tarde seria proibido exercer qualquer tipo de profissão. Para além da discriminação sofrida através da campanha feita por Hitler, que teve consequências sociais, o acto de impedir parte da população de trabalhar intensifica a desvalorização individual no âmbito social, torna-o menos participante, menos pessoa.

Tal como na civilização grega, a cidade deixou de ser um espaço de livre circulação para todos os que a habitavam, foi formada uma hierarquia de raças que separou a sociedade. Esta hierarquia foi levada ao limite, onde umas das manobras de separação foi a aniquilação de pessoas que não correspondessem aos parâmetros do que era considerado um “ariano”. Assim, foram criados os campos de concentração onde milhares de cidadãos foram reclusos até à sua extinção.

Para além da construção destes campos, intitulados de “campos de trabalho”, outras obras foram criadas, obras que marcaram no tempo a passagem do nazismo, tanto na história do Homem como na arquitectura.

Um dos principais arquitectos responsáveis pela criação destes marcos foi Albert Speer. Um arquitecto ao serviço do partido Nazi, que tentou executar a visão megalómana que Hitler tinha para a reconstrução da sua civilização germânica, digna de se intitular de um império.

Muitas foram as obras discutidas e desenhadas, no entanto, poucas foram as que passaram do papel para a realidade, por uma questão de tempo talvez, ou simplesmente porque seria inconcebível em altura de guerra destruir grande parte das cidades para a reconstrução idealizada por Hitler e desenhada por Speer.

Das poucas obras que se ergueram, podemos destacar a Nova Chancelaria do *Reich*. Erguida no antigo centro do governo em Berlim, um edifício de características monumentais que possuía uma fachada de 422 metros de comprimento e uma altura de 22 metros, dentro do estilo Neoclássico. O ideal de arquitectura pretendida era de facto um retroceder para os estilos clássicos executando-os com as técnicas modernas, assim, recriando o conceito de manter o tradicional com um pensamento moderno.

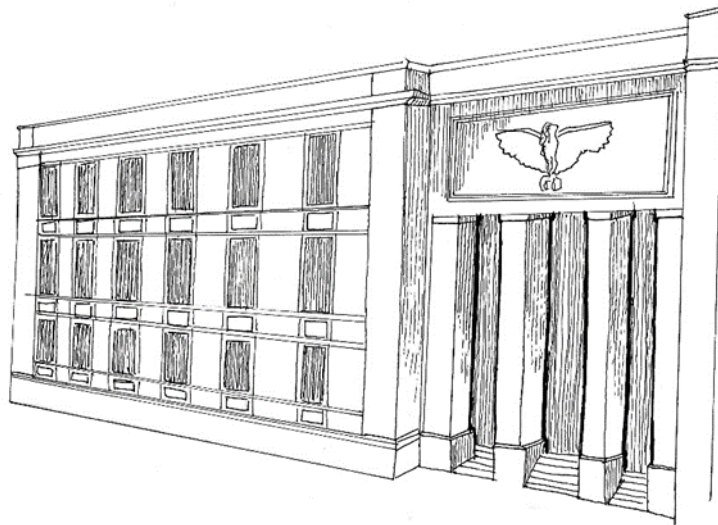


Figura 2 – Chancelaria do Reich, Berlim.

Após o término da guerra este exemplar da arquitectura totalitarista foi demolido, restando apenas os seus desenhos e alguma documentação fotográfica, como a que podemos observar na (fig. 2). Observamos então um edifício de proporções exageradas, linhas extremamente rígidas, sendo que a fachada apesar das suas reentrâncias, causa certo desconforto pelo seu peso visual e dimensão. Poderíamos afirmar que seria este o objectivo final tanto do Reich, como do arquitecto Albert Speer, um “monumento” que transparecesse os ideais nazis e perdurasse na história como tantos outros monumentos politizados.

Apesar da importância política que teve a Nova Chancelaria do *Reich*, este não foi o primeiro exemplar arquitectónico totalitarista. Esse título caiu sobre o “*Reichsbank*”(fig. 3), uma obra que foi a concurso e onde vários foram os arquitectos que quiseram participar, incluindo arquitectos modernistas como Mies van der Rohe e Hans Poelzig. Apesar disto, Hitler optou por encarregar Heinrich Wolf de executar a construção do edifício.

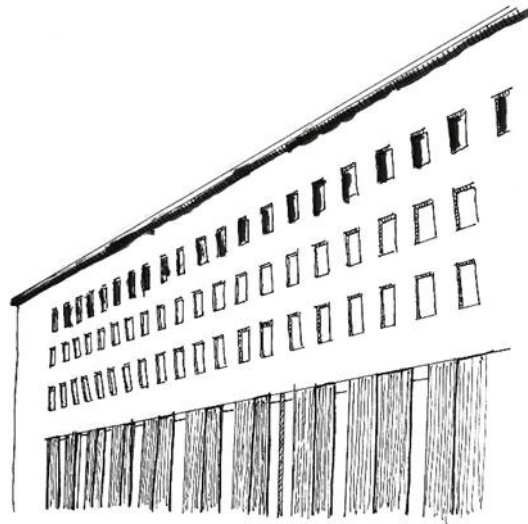


Figura 3 – Reichsbank, Berlim.

À semelhança de outros exemplos de arquitectura totalitarista da época, também o Reichsbank seguiu uma linha visual pesada e monumental, sem grandes elementos decorativos, existindo apenas umas colunas pesadas na fachada principal. O seu interior era constituído por uma série de escritórios, tudo executado de uma forma muito sóbria e funcional.

2.3. Paris

Paris em termos de acontecimentos políticos sempre foi considerada um passo à frente do resto da Europa, sendo considerada uma das capitais mais importantes na época, em termos culturais e políticos. Em relação à Segunda Guerra Mundial, comparando com os restantes países vizinhos, pode-se dizer que não existiram grandes alterações governamentais como na Alemanha, em Portugal, em Espanha ou em Itália. Apesar da ocupação alemã, as grandes modificações sucederam alguns anos antes, durante o governo de Napoleão III, entre 1852 e 1870.

Após o golpe de estado em 1851, Napoleão III até então primeiro presidente da Segunda República Francesa, instaura-se então um novo império e um regime político autoritário. É no seguimento deste acontecimento que é encarregue a Georges-Eugene Haussmann a modernização da cidade de Paris.

A intenção de Napoleão III era de “limpar” o centro histórico da cidade de Paris, onde as ruas eram demasiado estreitas, escuras e com falta de salubridade, dificultando não só a sua habitabilidade mas também o controlo da população por parte das tropas. Assim, Haussmann decidiu criar dois grandes eixos que atravessariam o centro da cidade, sendo estes o eixo este-oeste que atravessaria a *Rue de Rivoli* e a *Rue Saint-Antoine*; e o eixo norte-sul que percorreria as duas novas *boulevards* de *Strasbourg* e *Sebastopol*. O ponto de encontro das duas *boulevards* seria a *Place du Chatelet*; as obras que aqui decorreram foram o aumento da praça e a construção, em lados opostos da praça, de dois grandes teatros sendo eles: o *Théâtre de la Ville* e o *Théâtre du Chatelet*.

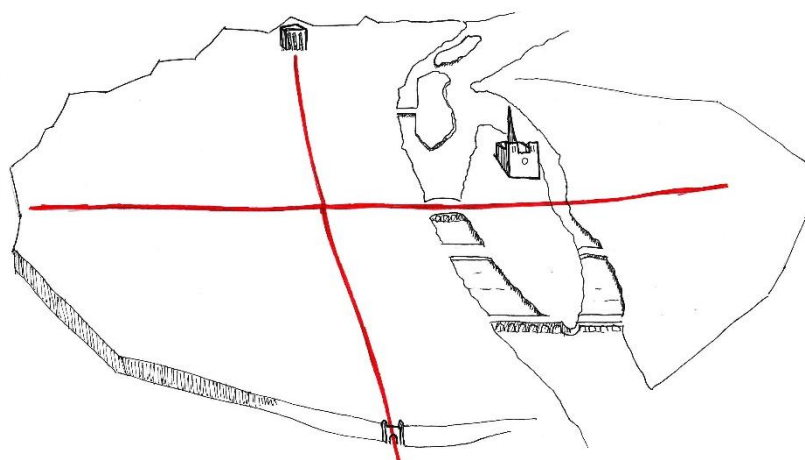


Figura 4 – Eixo este-oeste e eixo norte-sul, Haussmann, Paris.

Estas obras obrigaram parte da população que habitava a zona histórica, a mudar-se para a periferia de Paris. Para além da remodelação urbanística notou-se um intuito de deslocar a camada mais empobrecida para fora do que seria a nova Paris, surgindo assim guetos na zona periférica da cidade, dado que o centro estava destinado a ser um espaço para a camada mais rica parisiense.

Os planos de Haussmann não ficaram por ali, após os dois grandes eixos que cortaram o centro da cidade, foram planeados outros projectos que iriam transformar completamente Paris. De forma a interligar o centro da cidade com o anel de *boulevards* existente facilitando a circulação. Foram construídas duas estações que iriam abrir a cidade para o resto do país, sendo consideradas por Napoleão III as novas portas de Paris, a *Gare Saint-Lazare* (fig. 5) e a *Gare du Nord* (fig.6).

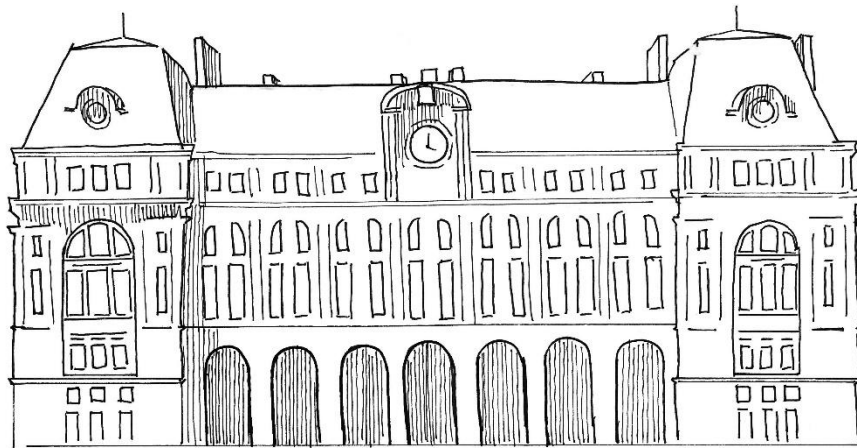


Figura 5 – Gare Saint-Lazare, Paris.



Figura 6 – Gare du Nord, Paris.

A terceira fase dos projectos de Haussmann, apesar de muito contestada pelo parlamento da época não só pelos custos como também pelo tipo de execução, seguiu avante acabando por ser a última grande obra em Paris por parte de Haussmann.

Nesta fase do projecto foram executados vários tipos de obras, não havendo uma restrição, apenas construções novas. Os jardins de Champs-Élysées foram renovados, outras *boulevards* foram rasgadas na cidade e assim se formou uma organização urbanística mais geométrica, mais espaçosa e regular. Contudo, as implicações foram várias, para além do parlamento não concordar devido aos grandes gastos financeiros, a população que fez as ruas do centro de Paris foi obrigada a abandonar as suas casas e cedê-las ao que viriam a ser então as grandes *boulevards* e os edifícios planeados para regularizar esteticamente as ruas de Paris. Assim, foi crescendo a cidade de Haussmann, rodeando-se de guetos enquanto o centro se transformava não só esteticamente como também na forma como era vivido.

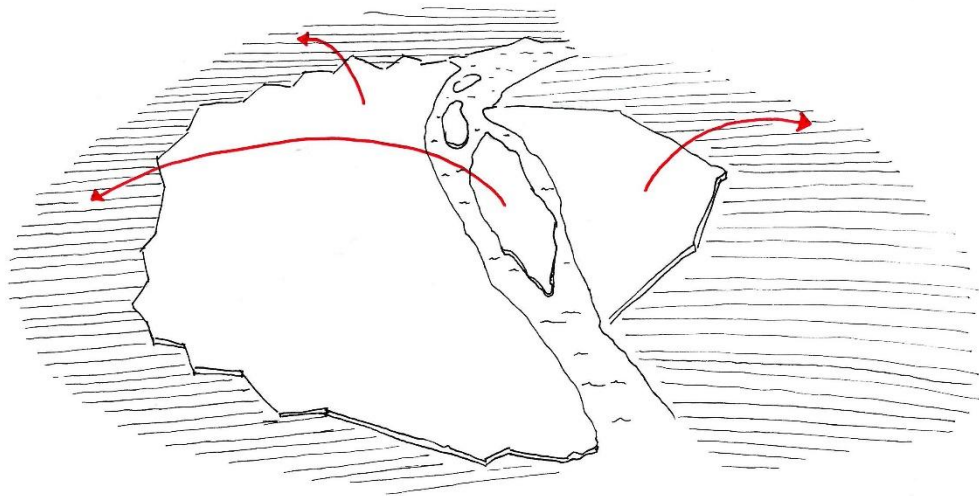


Figura 7 – Processo de gentrificação, Haussmann, Paris.

Apesar desta revolução da cidade ter sucedido anteriormente à Segunda Guerra Mundial, ainda foram alguns os marcos que a ocupação alemã deixou no país.

Um dos exemplos mais importantes é a construção militar da muralha do Atlântico, com fortificações ao longo da costa norte de França, território ocupado pelos Alemães. A sul existia a França Vichy, assim intitulada devido ao centro governamental ser em Vichy. De forma a manter esta situação o mais pacífica possível o Marechal Petáin submeteu-se à invasão alemã com alguma facilidade, com o objectivo de não ferir o povo francês ainda mais com os tumultos que a guerra tinha vindo a provocar no resto da Europa.

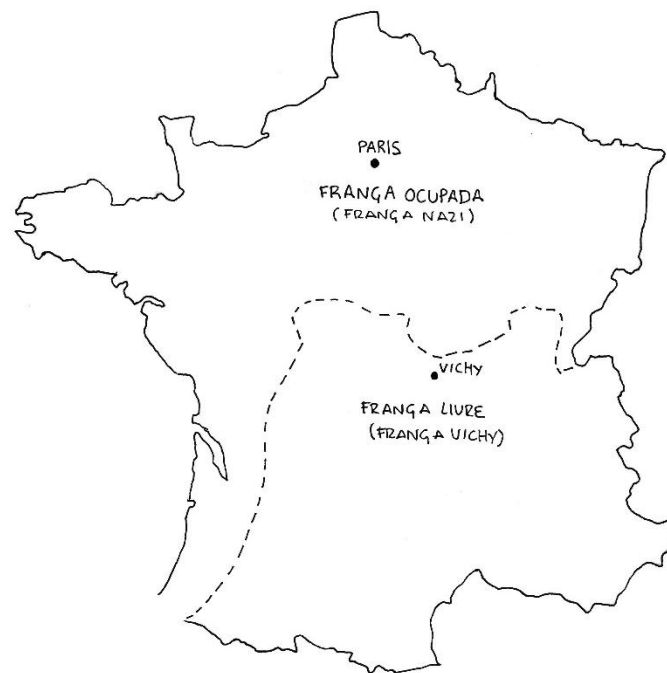


Figura 8 – Ocupação alemã em França.

Contudo, mesmo com os esforços de Petáin, as tropas alemãs acabaram por dividir a população francesa; primeiramente extraditando os franceses judeus que já sentiam a influência dos ideais nazis nas suas cidades, sendo-lhes proibida a entrada em vários estabelecimentos públicos e negado o direito a exercer qualquer tipo de trabalho. Mais tarde observou-se uma divisão entre aqueles que se acomodaram com a situação e aqueles que pertenceram à resistência, quem mais sofreu neste caso foram as mulheres e as crianças. Jovens que se envolveram com militares alemães foram expostas em plena rua e vexadas e os frutos destes relacionamentos foram marcados como “filhos de boches”.

2.4. Lisboa

Na década de trinta, assim como em outros países da Europa, Portugal também caiu sob um regime totalitário. A primeira experiência foi provocada pela instabilidade financeira e política vivida no país, depois da queda da Primeira República Portuguesa, através da revolução de 28 de Maio de 1926 liderada por militares. Foi assim que se instaurou a Ditadura Nacional, por sufrágio “universal”, uma votação que apenas incluía os chefes de família do sexo masculino, excluindo mulheres, homens menores de 25 e analfabetos. O Marechal Óscar Carmona, eleito então presidente da república, convida para o cargo de ministro das finanças o professor António Oliveira Salazar, conseguindo através de medidas severas estabilizar a economia do país.

É em 1930 que surge a União Nacional, tornando-se partido único em Portugal através da vontade de Salazar de contrariar o que se havia sucedido durante a primeira república portuguesa. Em 1932, Salazar, é eleito presidente do concelho e assim inicia o Estado Novo, intitulado de forma a criar a ilusão de transformação em que nada seria igual aos anteriores governos. “Deus, Pátria, Família”, é com este *slogan* que Salazar constrói o seu novo governo; três pilares que moldam e separam a população portuguesa.



Figura 9 – Slogan do Estado Novo.

Empobrecida, a população do interior do país desloca-se para as grandes cidades, na esperança de uma vida melhor, assim Porto e Lisboa aumentam o seu número de habitantes, não estando preparadas para tal. Naturalmente, vão surgindo graves problemas em ambas as cidades, no Porto, começam a aumentar as famosas ilhas; um aproveitamento dos vazios urbanos que as grandes casas ou fábricas criaram serve para construir pobres casebres sem instalações sanitárias ou elétricas. Em Lisboa o caso foi um pouco diferente, a grande movimentação populacional originou bairros de lata em redor da capital, “casas” sem qualquer tipo de condições. Apesar de terem existido algumas obras urbanas, nada em concreto foi feito para o melhoramento habitacional destes cidadãos.

Sob o governo de Salazar, foram várias as obras executadas por todo o país, nem todas no mesmo estilo. Aquele que mais caracterizou a época foi o Português Suave, intitulado assim de forma pejorativa pois a sua arquitectura era considerada sem carácter. Os exemplos mais conhecidos na cidade de Lisboa que podemos observar são o prolongamento da Avenida da Liberdade, obra executada pelo arquitecto Cristino Silva; o Instituto Superior Técnico, obra projectada pelo arquitecto Pardal Monteiro (fig.11); a Casa da Moeda, obra criada pelo arquitecto Jorge Segurado (fig. 12); o Aeroporto de Lisboa, executado pelo arquitecto Keil do Amaral (fig.13); e o Bairro de Alvalade, um estudo do arquitecto Faria da Costa que avançou para a sua execução.



Figura 10 – Português Suave, Areeiro, Lisboa.

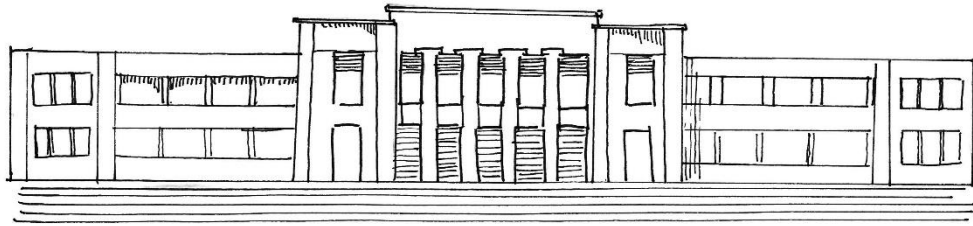


Figura 11 – Instituto Superior Técnico, Lisboa.

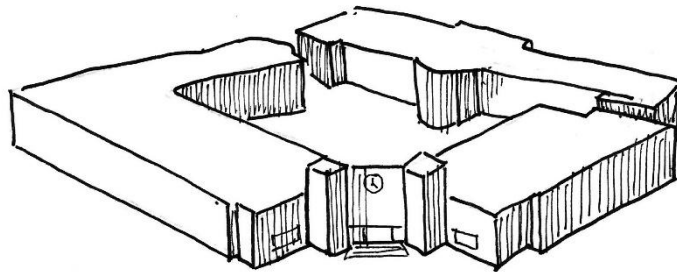


Figura 12 – Casa da Moeda, Lisboa.

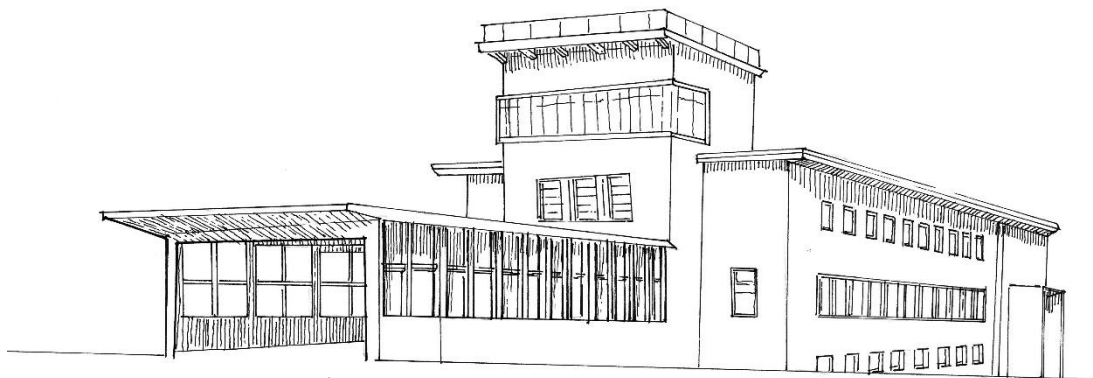


Figura 13 – Aeroporto de Lisboa.

A par das obras que foram construídas em Lisboa, que alteraram profundamente a cidade, a zona periférica não obteve tanta atenção, o que levou a um crescimento descontrolado. Sem planos urbanísticos, nasceram vários bairros de lata sem quaisquer tipos de condições. A população, em geral no país vivia em condições pobres, as medidas duras do governo de Salazar não só impuseram dificuldades económicas na população como um medo generalizado. O direito à expressão não existia, quem tentasse expressar ideais contrários aos do governo seria punido. Foram tomadas medidas radicais como proibir a concentração de grupos, foram proibidos inclusive certos livros, filmes e obras de arte; qualquer tipo de manifestação artística, verbal ou física que implicasse um ideal antagónico ao Estado Novo.

É neste contexto que vemos chacinado o direito do cidadão, não só à sua individualidade como no crescimento social. Lisboa cresceu, mas a sua população encolheu sob o peso do medo. Assim foi vivida a cidade durante quarenta e um anos.

Em 1973, após anos de tentativas de depor o governo, é formado por um grupo de militares o Movimento das Forças Armadas. É através deste, em 1974, que a 25 de Abril sucede a revolução “pacífica” que derruba o Estado Novo.



Figura 14 – Revolução de 25 de Abril.

Após a revolução de Abril de 1974, foi instaurada a Junta de Salvação Nacional, encabeçada pelo General António Spínola. Durando apenas um ano, seguiu-se uma série de governos provisórios até chegar a um governo estável, sendo seis os governos provisórios.

Durante os três primeiros governos provisórios, o arquitecto Nuno Portas, então secretário da habitação e do urbanismo, lança o projecto SAAL (Serviço Ambulatório de Apoio Local). Com este projecto visa solucionar os problemas habitacionais causados pela migração de população para as grandes cidades, assim são formados grupos de arquitectos, destacando-os para as diferentes zonas afectadas.

O SAAL estendeu-se por três áreas: Algarve (Barlavento, Centro e Sotavento), zona de Lisboa e Centro-Sul (Distrito de Beja, Setúbal, Lisboa, Santarém e Coimbra) e a zona Norte (Distrito de Aveiro e Porto).⁵

Além da intenção de resolver os problemas de habitação, o papel dos arquitectos foi a de organizar a população afectada e educá-la ao que eram os seus direitos enquanto cidadãos juntamente com o que era o direito à habitação. Muitas eram as famílias que viviam em condições inumanas, sem os serviços básicos de asseio, alguns excluídos da cidade e outros escondidos atrás de grandes fachadas que serviam de máscara para a realidade habitacional causada pelo crescimento descontrolado.

Alguns dos projectos mais reconhecidos no país foram o do Porto, tendo mobilizado não só arquitectos formados como aqueles que ainda estudavam na universidade do Porto. Um dos projectos ainda hoje muito reconhecido foi o do Bairro da Bouça, projectado por Siza Vieira, entre 1975 e 1976, localizado numa zona da cidade favorecida e que à partida seria destinada a projectos com outros fins; a zona de Lagos, especificamente a Meia Praia, uma aldeia criada por pescadores vindos de Monte Gordo, tendo ganho a alcunha de índios da Meia Praia, dado que construíram cabanas nas dunas; este caso em específico foi objecto não só de canções como vários filmes e documentários que relataram não só a forma como viviam as pessoas como também todo o projecto SAAL ali executado, projecto esse que ficou a cargo do arquitecto José Veloso.

⁵ BANDEIRINHA, José António, *“O processo SAAL e a Arquitectura no 25 de Abril de 1974”*, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2011. p.3

O caso de Lisboa foi diferente do Porto no sentido em que as áreas afectadas se encontravam na periferia da cidade, bem à vista de todos. Os principais bairros onde o SAAL interveio foram o bairro da **Curraleira – Embrechado**, onde os arquitectos responsáveis foram José António Paradela e Luís Gravata Filipe; o bairro **Bacalhau – Monte Coxo**, obra encarregue ao arquitecto Manuel Vicente; A **Quinta das Fonecas - Quinta da Calçada**, sendo o arquitecto responsável Raúl Hestnes; e o bairro da **Quinta da Bela-Flor**, obra projectada pelo arquitecto e artista plástico, Artur Rosa.

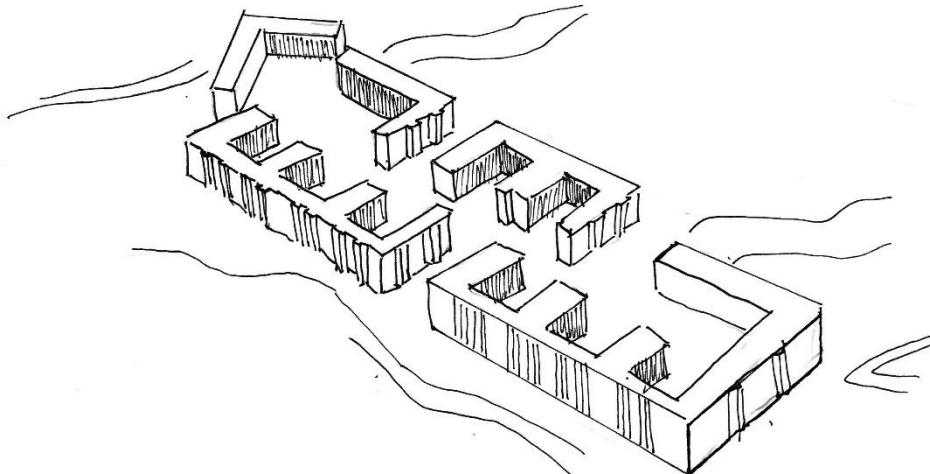


Figura 15 – Bairro Bacalhau – Monte Coxo, Lisboa.



Figura 16 – Quinta das Fonsecaas – Quinta da Calçada, Lisboa.

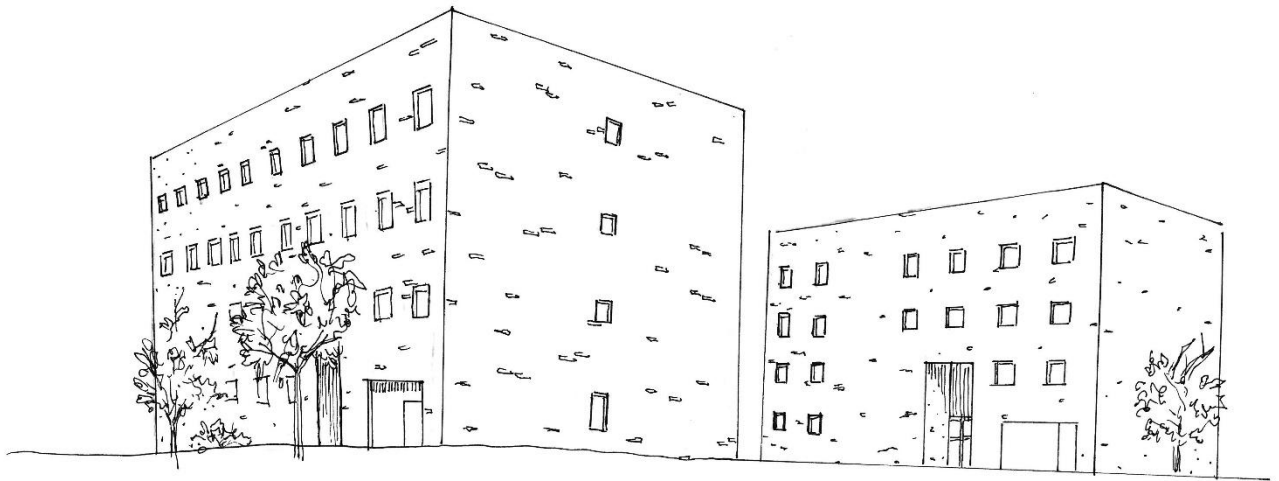


Figura 17 – Quinta da Bela-Flor, Lisboa.

2.5. Arquitectura e Política

A relação entre política e a arquitectura nem sempre é óbvia e visível, no entanto, em casos como os que foram descritos sobre Berlim, Paris e Lisboa é inegável a influência de uma sob a outra. Numa situação de guerra, com a existência de políticas extremistas a arquitectura é usada de forma a marcar território ideológico que se deixa verter para um impacto físico, dividindo a população em classes em vez de a unir como sociedade.

É factual que nem sempre o influenciador tenha sido um partido político como nos casos que foram descritos, são vários os exemplos na história de como a religião também moldou a cidade e o seu modo de habitar com a arquitectura. No caso de Lisboa vemos como a religião, seja ela em que forma for, serviu também como pilar de transformação.

Apesar de ser notório o caso de Lisboa, pós 25 de Abril com o programa SAAL, note-se que são soluções com o intuito de remendar algo que não foi executado correctamente à partida. Isto deve-se à falta de programação urbanística e previsão do crescimento das cidades, uma programação que seja inclusiva e equilibrada. São pedaços que se vão anexando num puzzle mal encaixado, não que seja um problema só daquela época, é uma problemática que existe desde o princípio das cidades e da profissão do arquitecto, havendo pequenas excepções como os estudos de Platão. A falta de visão urbanística e de educação sobre quais os direitos e deveres do cidadão para com o espaço, são questões muito ocultadas, não só por interesses políticos, sendo estes os mais óbvios, mas também por questões de comodismo social, o cidadão nem sempre está disposto a analisar o todo em conjunto em vez de ver apenas o individual que lhe corresponde.

Assim, sem qualquer tipo de educação social, a política será inevitavelmente uma constante influência na execução da arquitectura. Marcando constantemente, seja em tempo de guerra ou paz, a vida urbana.

3. O Século XXI

3.1. Contextualização Histórica

“(...) a expansão mais recente do processo de urbanização trouxe consigo mudanças incríveis no estilo de vida. A qualidade da vida nas cidades virou uma mercadoria, num mundo onde o consumismo, o turismo e as indústrias culturais e do conhecimento se tornaram aspectos importantes da economia urbana. (...)”⁶

Após vários anos de conflitos e crises político-económicas, nos anos 50, alguns visionários europeus decidem constituir a Comunidade Europeia do Carvão e do Aço (CECA), tendo como objectivo acabar com as guerras entre países europeus. A este objectivo alistaram-se a República Federal da Alemanha, a Bélgica, França, Itália, Luxemburgo e Holanda. O surgimento desta comunidade favoreceu os países envolvidos especialmente em termos comerciais e na partilha de bens alimentares, sobretudo depois de ser instituída a Comunidade Económica Europeia (CEE), em 1957 com o Tratado de Roma. Nos anos 70, países como a Dinamarca, a Irlanda e o Reino Unido decidem agregar-se à CEE e aos poucos outros países foram seguindo exemplo, como a Grécia, Espanha e Portugal; mais tarde, com a queda do muro de Berlim, a República Democrática Alemã é dissolvida, unificando-se com a Alemanha Federal.⁷

Todo este processo de unificação da Europa abriu fronteiras a uma estabilização económica e política. Contudo, não foi o suficiente para evitar certas problemáticas que viriam a afectar até aos dias de hoje o equilíbrio tão desejado por todos os cidadãos europeus.

Esta contextualização serve para entendermos uma Europa pós-guerra, onde o medo de voltar a conflitos, que tanto afectaram os países envolvidos, era extremo. Era abrangente o desejo de encontrar um ponto de equilíbrio entre todos os países, onde as bases fossem a interajuda e cooperação. Foi este grande passo que fez a Europa saltar para uma nova mentalidade, um novo século.

⁶ <https://www.esquerda.net/artigo/o-direito-%C3%A0-cidade-por-david-harvey/30344>, acedido pela última vez a 10/09/2018

⁷ https://europa.eu/european-union/about-eu/history_pt, acedido pela última vez a 17/09/2018

No século XXI foram várias as mudanças que afectaram o modo de vida das cidades, desde crises financeiras, sociais e avanços tecnológicos. Nos finais do século XX, é lançada para uso público a internet, um dos maiores avanços tecnológicos que ligou o mundo inteiro num só espaço, inicialmente usada para fins militares. O mundo tornou-se mais pequeno e os problemas mais visíveis, pois todo o tipo de evolução é uma faca de dois gumes.

Recuando para a Europa, a abertura de fronteiras que a União Europeia assumiu, como o chamado Espaço Schengen, tornou-se num grande atrativo, levando muita pessoas a arriscarem as suas vidas para atravessar o mar Mediterrâneo e chegar às nossas costas, tudo por uma vida melhor. De facto, a prosperidade que a União Europeia proporcionou foi um elemento apelativo em termos económicos, havia a esperança de mais emprego e qualidade de vida. No entanto, as cidades não estavam preparadas para tal, foram vários os países que sofreram um *boom* constructivo, aumentando a quantidade de edifícios habitacionais de forma desproporcionada o que levou mais tarde a uma quebra do mercado imobiliário. Apesar de todos estes avanços, nem todos os europeus evoluíram mentalmente, a problemática dos refugiados nem sempre foi tratada da melhor forma, nem sempre as portas para as cidades europeias estiveram abertas para o que viria, inevitavelmente a acontecer, a multiculturalidade.

Até aos dias de hoje, o grande problema de qualquer cidade, para além dos elementos físicos, é a falta de integração de culturas diferentes. Existe ainda, de forma muito intrínseca, uma protecção à cultura própria que pouco aceita mudanças ou acrescentos. Se estes sucedem, são impostos e completamente deslocados fisicamente do restante.

3.2. Berlim

Após a Segunda Guerra Mundial, de modo a resolver as incertezas políticas do momento, as forças Aliadas reuniram-se na que seria a Conferência de Potsdam, onde acordaram dividir a Alemanha em quatro zonas de ocupação temporariamente. Assim, a Alemanha ficou sob a supervisão dos Estados Unidos, França, Reino Unido e a URSS. Esta divisão levou a uma separação ideológica inevitável das populações, acabando por separar o país em comunistas e capitalistas, assim surgiram a República Democrática Alemã, sob o domínio russo; e a República Federal Alemã, sob o domínio do estado-unidense, francês e inglês.

Berlim, que tinha suportado bombardeamentos devastadores, deixou de ser a capital da Alemanha Federal e sofreu não só uma divisão ideológica como também física, tendo o lado da URSS construído um muro que atravessaria a cidade, impossibilitando a passagem de alimentos, pessoas e bens entre as duas novas “nações”.

Apenas em 1990 se dá oficialmente a unificação dos dois territórios, com a queda do muro de Berlim. É a partir deste instante que se inicia a reconstrução da cidade, do lado da extinta República Democrática abrindo as portas de todo o conjunto para o futuro.

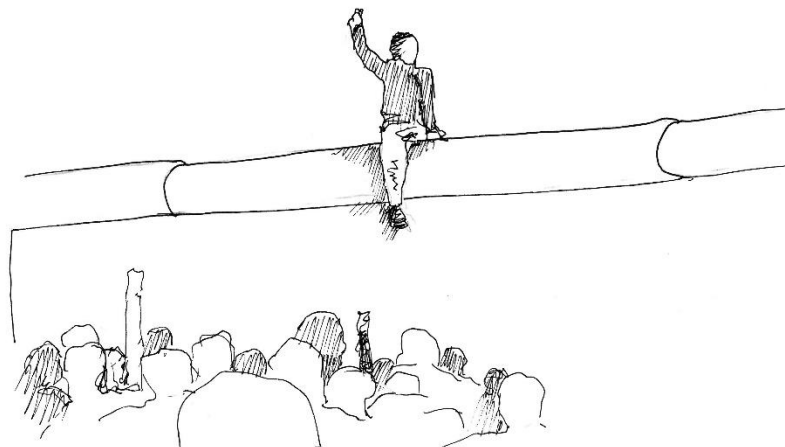


Figura 18 – Queda do Muro de Berlim.

O centro de Berlim foi então reanimado com a vinda de uma camada de artistas, o comércio voltou a florescer, novas construções mais modernas surgiram conseqüentemente e novas preocupações acompanharam o processo.

Berlim tornou-se num espaço vital em constante mutação ao longo dos anos, sendo que nos dias de hoje atrai jovens de muitos países a lá viver. Este factor impulsionou a multiculturalidade, no entanto fez com que a busca de locais de convívio social, como as famosas discotecas *underground* de Berlim, estivessem em constante mudança, obrigando o mercado imobiliário a uma permanente adaptação, dado que em pouco tempo uma zona passa de ser considerada a melhor da cidade para rapidamente se tornar de menos interesse. Sendo que a multiculturalidade é um dos factores que faz impulsionar o avanço social nas cidades, quando não equilibrada por uma estrutura organizacional prévia, cria vários problemas de difícil solução na cidade.

Por muito que os arquitectos projectem o espaço, são os habitantes que fazem a cidade, logo se for planeado sem ter em consideração os habitantes, estes não se sentirão integrados. Talvez pelas grandes mudanças repentinas na cidade de Berlim, se tenha chegado a este dilema de não existir um equilíbrio habitacional que mantenha uma vida social adaptada ao mesmo tempo, ao novo espaço.

Contudo, muitos foram os avanços para integrar todos os cidadãos ao espaço, dando-lhes o direito de circular livremente sem impedimentos físicos. Em 2013, Berlim recebeu o prémio “Cidade Acessível” da Comissão Europeia⁸,

“(...)A acessibilidade oferece novas oportunidades comerciais e pode ser um verdadeiro estímulo para a inovação e o crescimento económico.(...)”⁹

Uma vez que todos tenham o direito a habitar a cidade de forma equitativa, a população terá muito mais espaço para o desenvolvimento. O grande problema da maioria das cidades europeias é a dificuldade em tornar acessíveis os pontos históricos e turísticos a todos. No entanto, Berlim conseguiu através dos seus transportes públicos inclusivos, mecanismos adequados para pessoas com mobilidade reduzida; como elevadores em escadas públicas, rampas de acesso a passeios, sendo estes de materiais que facilitam a circulação; possibilitando a vivência da cidade no seu pleno.

⁸ http://europa.eu/rapid/press-release_IP-12-1309_pt.htm , acedido pela última vez a 12/08/2018

⁹ http://europa.eu/rapid/press-release_IP-12-1309_pt.htm , acedido pela última vez a 12/08/2018

Recentemente, o problema social que mais tem afectado a cidade de Berlim é o número excessivo de refugiados de países árabes que têm “invadido” o país, nomeadamente, esta cidade. Para além do próprio governo não estar preparado para tal, obviamente, a cidade também não o esteve.

O grande número de refugiados obrigou a reconversão do aeroporto de Tempelhof, antigo aeroporto do terceiro Reich, para o centro de abrigo. Apesar da sua origem, o aeroporto nunca chegou a ficar completamente abandonado, sendo usado para algumas exposições artísticas; o espaço envolvente do edifício, por exemplo, foi transformado num grande parque. Mesmo antes desta problemática, a cidade já sofria com falta de empreendedorismo habitacional, no entanto, quando surgiu a discussão para criar habitações a preços acessíveis na periferia do aeroporto, a população, tendo o direito a votar sobre a questão que iria afectar a cidade o seu global, rejeitou a ideia. Apesar da grande necessidade de expansão habitacional, os cidadãos preferiram adiar o início destas obras para um outro governo que fosse capaz de se comprometer a cem por cento com o projecto.¹⁰

Como podemos verificar, Berlim é uma cidade multicultural e com um sentido de responsabilidade sobre quais os deveres e obrigações por parte dos seus cidadãos em relação à cidade e à sua sociedade. Apesar de algumas disparidades, existe um certo equilíbrio entre o que é a arquitectura e a política.

¹⁰ <https://www.citylab.com/equity/2015/10/berlins-old-nazi-airport-is-now-a-syrian-refugee-camp/412906/>, acedido pela última vez a 12/08/2018

3.3. Paris

As obras de Haussmann deixaram uma marca forte na cidade de Paris, marca essa que ainda está presente nos dias de hoje. É possível observar isto devido à divisão que foi imposta na cidade, os vários anéis de circulação e as suas *boulevards*, criaram um escala social; os anéis mais centrais são zonas mais caras e ricas em termos culturais e os anéis das periferias mais empobrecidos e baratos. Paris é, sem dúvida, um dos destinos turísticos mais visitados na Europa, mas isto não quer dizer que o seu cosmopolitismo étnico seja bem aceite na capital francesa.

A questão dos anéis de Paris é, em termos de planeamento urbano, uma solução válida para o constante crescimento da cidade, no entanto, quando esse crescimento afecta o desenvolvimento social então algo de errado se passou. O Homem é um animal social e para coabitar num espaço é necessário não só a simples interacção mas um conjunto de incentivos que promovam uma interacção positiva. Quando estes anéis crescem é necessário existir uma redistribuição e um equilíbrio de pontos culturais, de comércio e educação, etc., que mantenham o mesmo nível de utilização e fruência que os anéis centrais, de modo a que a vida social seja acessível a todos de igual forma. No momento em que separamos a vida social e cultural de uma parte do resto da cidade, então estamos a discriminar essa parte da população, sendo o que muitos cidadãos sentem quando descrevem Paris.

A multiculturalidade em Paris é um problema muito discutido, dado que existe mas com graves problemas. A capital francesa é, para além de um destino turístico, um dos sítios onde podemos encontrar muitos emigrantes, sendo vários os portugueses que imigraram para Paris na expectativa de uma vida melhor; além da forte comunidade portuguesa, é também patente uma grande comunidade árabe na cidade. É com esta última que podemos observar uma certa rejeição de outras culturas em Paris, dado que são formados bairros exclusivamente só para estas comunidades, não porque estes cidadãos voluntariamente o procurem, mas porque não lhes é dada outra oportunidade de integração na sociedade parisiense; isto deve-se não só a influências políticas mas também à falta de abertura dada por parte da comunidade parisiense. É um direito de todos preservarmos a nossa cultura mas é um dever respeitar as que coabitam com ela, porque é impossível existir cidade sem diversidade.

Algumas das tentativas de melhorar as condições habitacionais têm sido a criação de impostos imobiliários incidentes sobre as segundas casas, dado que estas na maior parte do ano se encontram vazias, o governo decidiu que seria uma solução eficaz de modo a criar mais habitações para residentes permanentes¹¹; outro grande problema que existe em Paris é o subaluguer de casas sem condições mínimas de habitabilidade; aqui o governo tem tentado penalizar os senhorios com multas, de modo a melhorar estas habitações.¹²

Sendo Paris uma cidade super lotada, a poluição tem sido uma problemática a resolver urgentemente. Uma das soluções criadas foi o impedimento de trânsito ao longo do rio Sena, apesar de mais tarde ter vindo a ser vista como ilegal essa estratégia.¹³ Dado que a estrutura do centro das cidades europeias é na sua maioria da época medieval, torna-se complicado adequar soluções que ajudem a diminuir a poluição e ao, mesmo tempo, facilitem a circulação. Têm sido várias as tentativas para a redução da libertação de dióxido de carbono e outros elementos poluentes, um dos deveres dos cidadãos está na cooperação para resolver problemas que afectam a vivência na cidade.

Outras medidas que têm afectado o direito à cidade; retirando dos cidadãos um dos seus deveres como a participação no que é a implementação ou não de certas medidas controversas; têm sido a colocação de urinóis públicos, bem no centro da cidade, completamente expostos a quem circula. Decisões como esta afectam toda a comunidade, inclusive aqueles que apenas estão de passagem, como turistas. A colocação destes urinóis não só implica uma má imagem da cidade como pode provocar outro tipo de conflitos não desejados. Outra medida que tem revoltado muitos cidadãos em Paris, é a colocação de espinhos em bancos e zonas abrigadas, de modo a impedir que cidadãos sem-abrigo possam ter um sítio onde dormir. Isto leva a um debate, onde se discute se antes de colocar um método onde se excluí não deveria antes existir um projecto que acolhesse os cidadãos mais desfavorecidos. Afinal a cidade é de quem a habita, é de facto criada pelos e para os cidadãos, em todas a suas formas e escalões sociais.

¹¹ <https://www.citylab.com/equity/2017/01/paris-france-property-taxes-vacation-homes/514496/>,
acedido pela última vez a 18/09/2018

¹² <https://www.citylab.com/equity/2018/02/paris-cracks-down-on-slumlords/552761/>,
acedido pela última vez a 18/09/2018

¹³ <https://www.citylab.com/transportation/2018/02/paris-car-ban-on-the-seine-quays-is-illegal/553955/>,
acedido pela última vez a 18/09/2018

3.4. Lisboa

Com o passar dos anos, os bairros nascidos do projecto SAAL sofreram algumas alterações que tanto os moradores como alguns dos arquitectos que nele intervieram, não esperavam. Uma população jovem começou a “invadir” estes bairros, como aconteceu no Bairro da Bouça, na cidade do Porto, que ficou conhecido por ser uma obra do arquitecto Siza Vieira, apelando a muitos estudantes de arquitectura a morar nesse bairro. Isto levou a alguma revolta por parte dos moradores que já lá habitavam desde o início; começaram a ver descaracterizada a sua forma de vida e uma certa injustiça sobre aqueles que tanto lutaram pelo direito à habitação no local.

Tanto na cidade do Porto como em Lisboa, tem-se vindo a verificar o fenómeno crescente que reflecte um pouco o problema acima descrito: a gentrificação.

“(...) O termo gentrification não tem sido habitualmente traduzido para língua portuguesa; apenas é costume transcrevê-lo como anglicismo: gentrificação. E é pena, porque dessa forma perde toda a carga semântica bem evidente no original: a gentry inglesa corresponde à fidalguia portuguesa. Se se dissesse que um bairro se encontra sob um processo de fidalguização, qualquer interlocutor português compreenderia de imediato o significado da expressão: a classe social que o ocupa está a ser substituída por outra com maior poder económico. (...)”¹⁴

Lisboa tem visto, ao longo dos últimos anos, as suas ruas tornarem-se apenas em fachadas bonitas mas com casas vazias. Tornando o centro da capital praticamente numa cidade sazonal. Isto não se deve apenas ao crescente fluxo do turismo, como a criação de *hostels*, e ao súbito interesse na vivência tradicional dos bairros mais típicos de Lisboa; não, este problema cresceu com a falta de medidas legislativas que permitiram a expulsão dos cidadãos residentes para zonas mais afastadas da cidade.

¹⁴ <https://www.esquerda.net/dossier/segunda-gentrificacao-de-lisboa/44848> acedido pela última vez a 19/09/2018

“(…)Para que ocorra “gentrificação” de uma cidade ou de um bairro é contudo imprescindível algo mais que a competição imobiliária entre antigos residentes e recém-chegados que desejam aí habitar. São precisas leis propícias à irradiação dos habitantes com menor poder económico. Numa primeira fase não basta que os recém-chegados tenham maior poder de compra que os antigos residentes: é necessário que a legislação de arrendamento seja favorável aos interesses do senhorio e lhe permita aumentar rapidamente as rendas, despejando de modo expedito os inquilinos que forem incapazes de pagar os novos e mais elevados valores. Numa segunda fase é essencial que os impostos sobre o imobiliário reflectam o aumento do valor patrimonial dessa localização e sejam agravados para todos os prédios — mesmo aqueles que não são arrendados, mas sim habitados em propriedade — desterrando dessa forma os proprietários incapazes de suportar o agravamento da carga fiscal causada pela gentrificação. Dito de outra forma, a gentrificação carece de leis que lhe permitam expulsar depressa os arrendatários por via do aumento das rendas e os proprietários por via dos impostos.(…)”¹⁵

As consequências da gentrificação são graves, dado que é um fenómeno que vai alargando pela cidade, aumentando cada vez mais o seu território e obrigando os residentes permanentes a deslocarem-se cada vez mais; isto tornará Lisboa numa cidade descaracterizada, pois não terá lisboetas como cidadãos, apenas turistas, hotéis, escritórios e habitações vazias.

A gentrificação ou fidalguização, apenas veio acrescentar mais um problema à cidade onde já existia uma discrepância no direito à habitação. É facto, conhecido por todos os residentes da cidade, que Lisboa é um acumular de bairros que facilmente se identificam pelas escalas sociais. Mais uma vez isto deveu-se à rápida expansão de Lisboa, pois muitas foram as habitações construídas à pressa de modo a alojar o máximo de pessoas; o que provocou uma falta de preocupação em executar praças, parques, qualquer tipo de espaço social, privilegiando assim a área mais central da cidade.

Isto leva-nos a pensar na questão da inserção social, algo que pouco ou nada funciona em Portugal; podemos observar isso por todo o país, no entanto em Lisboa vemos a escala maior. São vários os grupos de cidadãos que sofrem e entram em conflitos que facilmente seriam apaziguados se lhes fosse fornecido os direitos e os deveres que precisam para integrar e participar na sociedade.

¹⁵ <https://www.esquerda.net/dossier/segunda-gentrificacao-de-lisboa/44848> , acedido pela última vez a 19/09/2018

Apesar de existirem graves problemas em Lisboa, existem alguns exemplos bons sobre o direito à cidade. Como exemplo, temos o Bairro das Estacas em Alvalade; o espaço público, projectado pelo arquitecto Ribeiro Telles, encontrava-se há algum tempo com a necessidade de uma requalificação. No momento em que a junta de freguesia decidiu que deveriam ser feitas obras, os moradores juntamente com alguns arquitectos e com alguns representantes da Ordem dos Arquitectos, reuniram-se para uma reunião que viria a esclarecer o que seria feito.

Com a participação, de todos, foi possível criar um diagnóstico sobre quais eram realmente as necessidades do espaço e aquilo que poderia afectar, não só a obra modernista, como também a vivência dos moradores.¹⁶

Outra situação relevante, foi a tentativa de levantar a calçada portuguesa do centro de Lisboa, de forma a tornar mais acessíveis as ruas. Isto levou a alguns conflitos. Por um lado o querer fornecer o conforto e segurança nos passeios, dado que a calçada portuguesa não é de todo o pavimento mais adequado para andar e para pessoas com incapacidades motoras; por outro, o facto de se considerar um dos elementos caracterizantes da cidade.¹⁷

Ao argumentar que a calçada portuguesa deve ser considerada património e assim não poder ser substituída, entramos num conflito sobre o que é mais importante: conservar o património, apesar das suas falhas ou tornar a cidade mais acessível a todos. Torna-se complicado, principalmente quando se trata de uma intervenção dispendiosa, chegar a um ponto de consenso. De facto, a calçada portuguesa é um dos elementos mais caracterizantes da cidade de Lisboa, mas será isso mais importante que transformar a cidade num espaço mais habitável para todos os seus cidadãos?

O resultado deste problema foi optar por manter a calçada intacta, para além de ser um processo muito dispendioso, iria criar inúmeros problemas adjacentes de difícil solução.

¹⁶ <https://www.publico.pt/2018/02/10/local/noticia/jardins-de-ribeiro-telles-no-bairro-das-estacas-1802676> , acedido pela última vez a 2/07/2018

¹⁷ <https://www.archdaily.com.br/br/783129/ate-2017-lisboa-perdida-um-de-seus-icone-urbanos-a-calcada-portuguesa> , acedido pela última vez a 4/07/2018

3.5. O direito à Cidade

“(...)O direito à cidade é muito mais que a liberdade individual para aceder aos recursos urbanos: é o direito de mudar a si mesmo por mudar a cidade. É, sobretudo, um direito colectivo, ao invés de individual, pois esta transformação inevitavelmente depende do exercício de um poder colectivo para dar nova forma ao processo de urbanização. O direito a fazer e refazer as nossas cidades e a nós mesmos é, como quero argumentar, um dos mais preciosos, e ainda assim mais negligenciados, dos direitos humanos.(...)”¹⁸

A evolução da cidade é um processo lento, sendo vários os factores que a condicionam e contribuem para o seu crescimento. A cidade é, no fundo, o reflexo de como o Homem se vê a si mesmo; é por isso que existem tantas fracturas e desequilíbrios. Durante séculos vivemos em cidades onde a multiculturalidade foi renegada, sendo ela essencial para uma cidade equilibrada. No momento em que estas diferenças culturais sejam utilizadas a favor de todos, poderemos dizer que temos uma cidade plena de direitos.

Passa pela arquitectura defender e educar a sociedade sobre estes direitos e deveres, pois sem ela e sem pessoas não existe a cidade. É com a arquitectura que podemos influenciar a vivência da urbe, ao criarmos espaços abertos para todos, que explorem a vida comunitária em vez de separar as pessoas em grandes urbanizações fechadas. É da responsabilidade, não só do arquitecto mas também de todos os que participam na construção da urbe de explorar o melhor processo para identificar as falhas existentes e solucioná-las mediante medidas que priorizem a integração pela convivência, no respeito pelas diferenças.

¹⁸ <https://newleftreview.org/11/53/david-harvey-the-right-to-the-city> , acedido pela última vez a 20/09/2018

4. Considerações Finais

A cidade é a consequência das nossas experiências de vida e das nossas culturas, é nela que se projecta a visão do Homem sobre si mesmo. Apesar da nossa natureza evolutiva tender para a conquista, seja ela territorial ou social, é provável que nos encaminhem para uma sociedade mais integrada; é isso que precisamos de transparecer agora para as nossas cidades. Se os instrumentos que influenciam o crescimento da cidade abrigarem o interesse colectivo e não apenas o individual, caminharemos para uma sociedade mais equilibrada onde poderemos partilhar o mesmo espaço sem impedimentos físicos ou culturais. É esta a conclusão a que vários autores, ao longo de muitos anos, têm chegado; cada vez se torna mais importante este posicionamento ideológico, pois as fronteiras são cada vez mais invisíveis, abrindo portas a uma sociedade multicultural.

Torna-se importante, no papel da arquitectura, mantermos bem presentes a hora de projectar os nossos deveres e direitos, porquanto somos instrumentos da sociedade ao serviço da sociedade. É através do nosso trabalho que se moldam as cidades, ajudando a criar o espaço vivo; apesar de existirem outros factores que influenciem a construção das cidades, como foi descrito ao longo deste trabalho.

A política será sempre um factor que moldará tanto a arquitectura como as relações sociais, no entanto, poder-se-á tornar num elemento positivo sempre que jogue a favor do bem comum.

Os três exemplos apresentados: Berlim, Paris e Lisboa, mostram como países tão próximos podem diferenciar-se tanto neste tipo de preocupações. Inclusive ao passarem por acontecimentos históricos simultâneos, como a Segunda Guerra Mundial, todos eles se manifestaram arquitectonicamente e socialmente de formas diferentes.

O objectivo final deste trabalho foi exactamente demonstrar estas diferenças evolutivas em relação ao direito à cidade, como a arquitectura se torna essencial para a consecução desse ideal e como é o cidadão que forma a cidade; é o individuo como cidadão a personagem principal, ou pelo menos, deveria sê-lo sempre.

5. Bibliografia

5.1. Livros

1. BENEVOLO, Leonardo (2002). *Historia de la arquitectura moderna*: Editorial Gustavo Gili, SA.
2. BRENNER, Neil (2003). *State/Space – a reader*: Blackwell Publishing.
3. BRENNER, Neil; MARCUSE, Peter e Mayer, Margit (2012). *Cities for people, not for profit*: Routledge – Taylor & Francis Group.
4. CUTHBERT, R. Alexander (2011). *Understaning Cities – Method in urban design*: Routledge – Taylor & Francis Group.
5. HARVEY, David (2012). *Rebel Cities – From the right to the city to the urban revolution*: Verso.
6. HERZOG, P. Cecilia (2013). *Cidades para todos – (re)aprendendo a conviver com a Natureza*: Mauad e Inverde.
7. SALVADORI, L. Massimo (2005)“História Universal – A idade dos totalitarismos e a segunda guerra mundial” Vol.15, Ormobook, Serviços Editoriais.
8. LEFEBVRE, Henri (2011). *O direito à cidade*: Centauro Editora.
9. LEGATES, T. Richard e STOUT, Frederic (2016). *The city reader*: Routledge – Taylor & Francis Group.
10. MONTANER, M. Josep e MUXÍ, Zaida (2015). *Arquitectura e Politica*: Editora G. Gili Ltda.
11. RODRIGUES, F. Matos e SILVA, M. Carlos (2015). *Cidade, Habitação e Participação – O processo SAAL na Ilha de Bela Vista 1974/76 – Edições Afrontamento, Lda.*
12. TIETZ, Jurgen. *História da Arquitecto do século XX*: Konemann

5.2. Páginas Web

1. **A segunda gentrificação de Lisboa**, Disponível em:

<https://www.esquerda.net/dossier/segunda-gentrificacao-de-lisboa/44848>

2. **Alvalade quer modernizar uma das primeiras obras de Ribeiro Telles**, Disponível em:

<https://www.publico.pt/2018/02/10/local/noticia/jardins-de-ribeiro-telles-no-bairro-das-estacas-1802676>

3. **Architecture's evolving Role: How Community-engaged design can encourage social change**, Disponível em:

<https://www.archdaily.com/890691/architectures-evolving-role-how-community-engaged-design-can-encourage-social-change>

4. **Documentário “Continuar a viver, Índios da Meia Praia”**, Disponível em:

https://www.youtube.com/watch?v=qEONIsQTs_k

5. **Eco-friendly open-air urinals caused uproar in Paris**, Disponível em:

<https://edition.cnn.com/2018/08/14/europe/paris-urinal-intl/index.html>

6. **Entrevista a Manuel Aires Mateus: “A cidade é o lugar de todos, não é o lugar de uns”**, Disponível em:

<http://www.construir.pt/2018/02/23/entrevista-manuel-aires-mateus-cidade-lugar-nao-lugar-uns/>

7. **“Lisboa, a cidade de fachadas bonitas onde não mora ninguém”**, Disponível em:

<https://www.dn.pt/edicao-do-dia/01-ago-2018/interior/precos-das-casas-disparam-lisboa-sera-cidade-de-fachadas-bonitas-onde-nao-mora-ninguem-9662899.html>

8. O direito à cidade, por David Harvey, Disponível em:

<https://www.esquerda.net/artigo/o-direito-%C3%A0-cidade-por-david-harvey/30344>

9. O processo de gentrificação em curso nas cidades (e periferias) de Lisboa e Porto, Disponível em:

<https://jornaleconomico.sapo.pt/noticias/o-processo-de-gentrificacao-em-curso-nas-cidades-e-periferias-de-lisboa-e-porto-264850>

10. Processo SAAL, Disponível em:

<https://www.abrilabril.pt/processo-saal>

11. SAAL: Arquitectura de Abril , Disponível em:

<http://visao.sapo.pt/jornaldeletras/artesvisuais/saal-arquitetura-de-abril=f800449>

12. *Sharing the City: 5 takes on how we should create and use public space*, Disponível em:

<https://www.archdaily.com/887157/sharing-the-city-5-takes-on-how-we-should-create-and-use-public-space>

13. The right to the city, Disponível em:

<https://newleftreview.org/II/53/david-harvey-the-right-to-the-city>

6. Anexos | Entrevistas

De forma a complementar o tema abordado nesta dissertação, foram feitas algumas entrevistas a profissionais que têm trabalhado nesta problemática. Os convidados foram o geógrafo Vasco Raminhas Silva e os arquitectos Joaquim Branco, José Charters Monteiro, José Mateus e Miguel Amado.

Graças às suas respostas é possível entender melhor qual o panorama em Portugal sobre o direito à cidade e como estes profissionais encaram a questão que tanto tem sido oculta e como tem afectado as cidades portuguesas.

6.1.

Geógrafo Vasco Raminhas Silva, Câmara Municipal de Setúbal.

1. O que é para o Sr. Arquitecto o direito à cidade?

Não sendo Arquitecto, mas Geógrafo, considero que o direito à cidade prende-se com a possibilidade que os cidadãos têm de utilizar e disfrutar livremente da mesma, nomeadamente do espaço público, e dos equipamentos e serviços urbanos. Mas também o direito de poder estudar, trabalhar e habitar, de forma condigna e a um custo justo.

2. Considera que o arquitecto deveria ter um papel mais interventivo no que toca a este respeito?

Os arquitectos, assim como os restantes técnicos urbanistas, devem ter um papel mais interventivo neste domínio, não só na prática de projeto, mas na formação de um pensamento de cidade que possa influenciar e recentrar as políticas urbanas para as questões fundamentais que importam atualmente à comunidade.

3. Como seria isso executado?

Através de uma maior interação entre os técnicos e a cidade, nomeadamente com o tecido social, económico e cultural, bem como através de uma maior participação das diversas organizações representativas das classes profissionais que intervêm no processo de construção e transformação da cidade, influenciando os processos de decisão.

4. A política terá sempre uma influência inevitável na arquitectura. Como acha que isso irá ser reflectido nas nossas cidades nos anos vindouros?

A política são opções, tomadas num determinado contexto e de acordo com um referencial de valores. A arquitectura é também uma ação política, pois são tomadas opções, num determinado contexto e assente num conjunto específico de valores.

5. O que pensa sobre a cidade livre de influências políticas?

A cidade é a Polis, o centro da política. Logo, não existem cidades livres de influências políticas.

6. Como poderia aplicar essa visão às cidades portuguesas?

n.a.

7. Num tom mais realista, o que prevê como arquitecto que aconteça às cidades portuguesas e aos seus habitantes nos próximos 20 anos?

Como geógrafo, prevejo que as cidades portuguesas e os seus habitantes irão enfrentar grandes desafios nos próximos 20 anos. O processo de gentrificação nos principais centros urbanos é um dos maiores desafios, implicando a necessidade de políticas de regulação que permitam combater os desequilíbrios, nomeadamente no acesso à habitação. Mas outros desafios se colocam, nomeadamente a nível da reabilitação urbana, da mobilidade, da eficiência energética e da inclusão social.

8. Após a problemática da gentrificação, será possível haver uma transformação no pensamento do cidadão para com a sociedade e cidade?

Julgo que a sociedade civil e a comunidade técnica e política estão mais despertas e conscientes da necessidade de uma nova política urbana, que atente aos problemas da globalização (e.g. fenómeno do turismo; especulação imobiliária, etc.) e aos seus efeitos a nível local.

9. Nos seus projectos, o cidadão ocupa uma personagem principal?

Os cidadãos devem estar sempre no centro das preocupações dos técnicos urbanistas, cabendo a estes aprofundar os mecanismos para que os anseios e necessidades das populações sejam tidos em consideração nos projetos e planos urbanísticos. Neste sentido, procuro sempre que os projetos e planos que desenvolvo vão ao encontro do que os cidadãos anseiam.

6.2.

Arquitecto Joaquim Branco, Câmara Municipal de Setúbal.

1. O que é para o Sr. Arquitecto o direito à cidade?

A cidade enquanto organismo artificial e resultante de milhares de acções ao longo de largos períodos da história é local de encontro, trabalho, comércio, avanço técnico e civilizacional. A cidade deverá ser bem planeada, organizada nas funções, bem infraestruturada, resiliente, inclusiva, com boa mobilidade e acessibilidade. O direito à cidade é o resultado do avanço civilizacional e conquista democrática da sua gestão. A cidade deve ser aberta e não muralhada (defensiva). Os cidadãos também devem ter o dever de possuir consciência cívica e poderem discutir abertamente as opções políticas. Se tal não acontecer o direito à cidade será enfraquecido e diminuído.

2. Considera que o arquitecto deveria ter um papel mais interventivo no que toca a este respeito?

O papel do arquitecto, enquanto agente de transformação do território, quer por estar integrado em equipas pluridisciplinares na elaboração e execução de planos de diversos níveis ou execução de projectos e obras concretos, pode e deve exercer acção positiva valorizando o mesmo. As cidades aumentam e valorizam-se constantemente com o bom trabalho do arquitecto. Este deve ser discutido e continuamente escrutinado publicamente.

3. Como seria isso executado?

O Arquitecto deverá passar para o plano político, exercendo cargos com poder de decisão (vereador, presidente de Câmara, secretario de estado, etc.), afastando-se da prática profissional privada e defendendo e trabalhando exclusivamente para a causa pública. Tal é difícil para a maioria dos Arquitectos face ao afastamento da prática e aprendizagem constante da profissão.

4. A política terá sempre uma influência inevitável na arquitectura. Como acha que isso irá ser reflectido nas nossas cidades nos anos vindouros?

Considero que a política (esclarecida) tem papel fundamental na definição de estratégias para a inovação e melhoria constante das acções de planeamento urbano. Face à actual competição entre cidades a nível local, regional, nacional e até global, não será possível a acção individual do cidadão/arquitecto que irá introduzir a mudança. No entanto, a constituição de grupos de cidadãos empenhados e esclarecidos poderão exercer pressão na política da sociedade onde se inserem e induzir melhorias constantes. Considero que a participação e transparência nos processos de decisão é fundamental para que o direito à cidade seja fortalecido.

5. O que pensa sobre a cidade livre de influências políticas?

Considero não ser possível a cidade livre de influências políticas visto que as cidades dependem de bom planeamento e políticas urbanas concertadas. A transformação das cidades não pode ser executado sem visão estratégico e de coordenação entre o poder local e os órgãos de soberania nacional. Estes canalizam os recursos e programam as acções de acordo com a agenda política.

6. Como poderia aplicar essa visão às cidades portuguesas?

Parece-me pouco provável a aplicação deste conceito. De acordo com nossas tradições, existem muito pouca participação pública intervenção cívica por parte dos cidadãos nas discussões públicas de projectos ou intervenção urbanas relevantes/ infraestruturais. Só após lançamento/ execução da acção é que surgem muitas vezes de forma desorganizada e em comentários grosseiros nas redes sociais como já referi só através de grande participação pública e democrática seria possível atenuar as más influências políticas.

7. Num tom mais realista, o que prevê como arquitecto que aconteça às cidades portuguesas e aos seus habitantes nos próximos 20 anos?

8. Após a problemática da gentrificação, será possível haver uma transformação no pensamento do cidadão para com a sociedade e cidade?

(Resposta às perguntas 7 e 8) Dado ser optimista e face à tendência de reabilitação dos centros das cidades e controle das periferias, julgo que haverá melhoria das infraestruturas de abastecimento de água e drenagem de esgotos domésticos, electricidade e outros. Melhoria nos espaços públicos e equipamentos públicos de saúde, segurança, cultura e lazer. A reconversão de unidades industriais/ armazéns existentes de forma mais inovadora. A tendência de gentrificação trará instrumentos em equipamentos de saúde mas julgo que aumentará a oferta privada em detrimento da pública. Verifica-se igualmente com diminuição da natalidade a degradação do ensino público por falta de alunos. Os edifícios escolares poderão possuir outras funções relacionadas com a comunidade onde se inserem.

Maior competição entre cidades a nível local e regional, sendo mais propícias ao sucesso, a curto prazo, as da zona do litoral apesar de terem de se adaptar às alterações climáticas (subida da água do mar) e a grandes fluxos de visitantes durante as épocas estivais.

9. Nos seus projectos, o cidadão ocupa uma personagem principal?

Dado trabalhar na Divisão de Planeamento da CM Setúbal, o meu trabalho tem o cidadão como personagem principal, pois existe e está presente na acção a vontade de melhoria constante das infraestruturas urbanas de suporte básico (água, esgotos, electricidade, gás), equipamentos e sua programação (escolas, lares, jardins infantis, associações, centros saúde). Melhoria da mobilidade e acessibilidade urbana com consequente eliminação de barreiras arquitectónicas. Assegurar a melhoria ambiental através da criação de parques urbanos e reformulação dos existentes.